



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

## JUSTIFICATIVA

### JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Trata-se da contratação de 01 (um) Intérprete de Libras para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, na promoção de acessibilidade linguística durante o evento VII Congresso da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, que acontecerá no dia 19 de maio de 2023, em complemento à atuação da Seção de Libras desta Diretoria de Comunicação.

Os autos iniciaram-se com o **Memorando n.º 21/2023/SGAP-DCOM/DPERO** (0198244) enviado pela Diretoria de Comunicação à Secretaria-Geral de Administração e Planejamento, com requerimento para a presente contratação.

A Diretoria de comunicação elaborou Estudo Técnico Preliminar (0197236) e Termo de Referência (0199587) e apresentou pesquisa mercadológica (0197230) com os nomes de três profissionais em libras que apresentaram suas propostas de valores, sendo:

- Vitor: valor de R\$ 192,00 (cento e noventa e dois reais) por hora trabalhada;
- Natali Tils: valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora trabalhada;
- Héverson Duarte: valor de R\$ 144,00 (cento e quarenta reais) por hora trabalhada.

Como se vê, a melhor proposta de preço foi apresentada pelo profissional Héverson Duarte, que apresentou curriculum que demonstra sua notória especialização para a atuação que se requer (0197222). Apresentou ainda documentos pessoais (0197223).

As certidões do profissional escolhido estão regulares e autorizam a contratação em tela (0197224).

Cabe salientar que os honorários dos profissionais de libras são tabelados, conforme tabela de honorários da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils, de 03 de fevereiro de 2021, conforme consta em Id. nº 0197225. Tem-se, ainda, a justificar o preço em questão, a tabela de honorários de tradutores e intérpretes de língua e sinais, do Tribunal de Justiça de Rondônia (0197227)

Assim, o valor a ser pago ao profissional será de R\$ 673,92 (0200155). Esclarecemos que no valor em questão já está considerado a reserva de verbas previdenciárias, no valor de R\$ 112,32 (cento e doze reais e trinta e dois centavos), não estimada no Termo de Referência.

Cabe salientar, que para efeito da dispensa de licitação prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/1993, estabelece o Regulamento nº 011/2017-GAB/DPERO, 17/01/2017:

*Art. 20. Nos casos de aquisição por inexigibilidade de licitação, dispensa de licitação ou adesão à ata de registro de preços de outro Órgão, a seleção do fornecedor será feita pelo Grupo de Aquisições, que juntará ao processo os seguintes documentos:*

*I – prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante;*

*II – certidão de Dívida Ativa com a União;*

*III – prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito/CND;*

*IV – prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;*

*V – certidão negativa de débitos trabalhistas.*

*§1º Na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 24, incisos I e II, da Lei 8.666/93, poderão ser exigidas apenas as provas de regularidade previstas nos incisos III e IV deste artigo, de acordo com o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 9.012/95. (grifo nosso).*

O Departamento de Contabilidade se manifestou no sentido de que até a presente data, para o exercício financeiro de 2022 na UG - 300001 – DPE não há empenhos emitidos para a referida natureza e subelemento em questão.

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão realizou o Pré-empenho (0050242 e 0200151), no valor de R\$ 561,60 e 112,32, respectivamente e apresentou Declaração de Adequação Orçamentária (0200155).

Portanto, em atendimento ao despacho exarado pela Secretária-Geral de Administração e Planejamento (0199385), no sentido de que seja elaborada a justificativa de dispensa de licitação, esta Comissão assim se posiciona:

## **II - DA JUSTIFICATIVA**

O Centro de Estudos, desta instituição, realiza, entre suas atribuições, o VII Congresso da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, em comemoração ao Dia do Defensor Público, realizado no Teatro Guaporé, localizado Guaporé, R. Tabajara, 148 - Olaria, Porto Velho – RO, no dia 19 de maio de 2022, das 14h às 20h (horário de Rondônia).

A contratação de Pessoa Física para Prestação de Serviços de Interpretação de Libras para o VII Congresso da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, se dá mediante a necessidade de complementação à atuação da Seção de Libras desta Diretoria de Comunicação, que conta com um servidor e duas estagiárias, visto que, há impedimento para atuação das estagiárias, durante o horário noturno, por se trata de horário de frequência do curso da graduação.

Assim como, devido ao extenso horário previsto para duração do evento, definido para iniciar às 13h30 e encerramento por volta de 21h, do dia 19.05.2023, no Teatro Guaporé, rua Tabajara, 148, Olaria, Porto Velho – Rondônia.

A seção de Apoio em Libras possui limitação de pessoal para atender, integralmente, ao evento, uma vez que os horários estabelecidos para a realização de tal evento chocam-se com os horários de aulas das estagiárias, pois o curso de Letras-Libras da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é noturno, o que inviabiliza a participação das estagiárias no período informado. Em razão da duração do evento, faz-se necessária a contratação de 01 (um) intérprete em regime de revezamento, a cada 20 (vinte) minutos, conforme preconizam as entidades de classe.

A pretensa contratação, é uma medida imprescindível à continuidade da oferta de acessibilidade às pessoas com deficiência, principalmente quando se planeja um evento institucional em que tem como público-alvo, o público externo.

## **III - DA LEGALIDADE**

E de conhecimento público que a contratação de qualquer serviço através dispensa de licitação constitui medida excepcional na política de aquisições/contratações do poder público, e por isso, tal procedimento deve ser subsidiado por elementos objetivos indispensáveis à sua legalidade.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

A Constituição Federal de 1988 concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária. Diante disso a Lei nº 8.666/1993 estabeleceu a figura da **dispensa de licitação (art. 24)** e inexigibilidade de licitação (art. 25).

Ao compulsar os autos, verificam-se elementos objetivos que subsidiam legalmente o emprego da dispensa de licitação para a contratação ora pretendida, tendo em vista o valor acima citado.

Diante disso, após análise dos autos, verificou-se que a presente contratação poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação em razão do baixo valor da aquisição, segundo dispõe o art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, conforme trecho transcrito abaixo:

Art. 24. É dispensável a licitação.

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até **10% (dez por cento)** do limite previsto na **alínea "a", do inciso II do artigo anterior** (R\$ 8.000,00) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior

a) Convite - até **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais)

No entanto, é oportuno informar que o Decreto Federal nº 9.412/2018, atualizou os valores limite de três modalidades de licitação - convite, tomada de preços e concorrência, o que influencia diretamente no valor da dispensa de licitação prevista no art. 24 da Lei nº 8.666/1993. Vejamos a redação do referido decreto:

Art. 1 - Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e

seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Portanto, o valor máximo para as dispensas de licitação prevista no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 passa a ser de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

Para ocorrer a dispensa de licitação, a lei de Licitações traz outras exigências, previstas no art. 26, senão vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e **no inciso III e seguintes do art. 24**, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de

5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

A esse respeito, nota-se que foram satisfeitas as exigências do referido artigo, nesse sentido fazem-se necessárias às considerações abaixo:

1 - Quanto ao inciso I, não é aplicado ao caso;

2 - Quanto ao inciso II, à razão do fornecedor ou executante apresentarem proposta em harmonia com a tabela de honorários da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils, de 03 de fevereiro de 2021 (0197225) , e encontra-se com as certidões e documentos pessoais em situação regular (0197223 e 0197224);

3 - Quanto ao inciso III, à justificativa do preço encontra amparo nos documentos constantes em Id's. nº 0197225 e 0197227.

4 - Quanto ao inciso IV, não é aplicado ao caso.

Assim sendo, verifica-se que a presente contratação apresenta os requisitos legais, sendo possível, portanto, a dispensa de licitação com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

#### IV - DA CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, e, sobretudo, pela estrita observância aos dispositivos legais que regulamentam a matéria para as aquisições aqui especificadas, justifica-se a contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** , observada as demais exigências legais, para validar o respectivo ato.

Destacamos que a presente manifestação não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que está carreado ao processo. Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios à Autoridade Superior, a quem cabe à análise desta decisão.

11 de maio de 2023.

**Antônio Carlos Mendonça Tavernard**

Analista Jurídico da CPCL/DPE-RO



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Analista Jurídico**, em 11/05/2023, às 08:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0200339** e o código CRC **2BBBFF60**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.103719.2023.

Documento SEI nº 0200339v5